

# Vergonha nacional

ERIKA KLINGL

DA EQUIPE DO CORREIO

**A** negociação para um acordo amigável fracassou. E pôs o Brasil, de vez, no banco dos réus da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, instituição ligada à Organização dos Estados Americanos (OEA). Na semana que vem, a comissão começa a investigar o caso dos meninos emasculados do Maranhão. O dossiê que deu origem à denúncia, elaborado por militantes de organizações não-governamentais (Ongs) de defesa dos direitos humanos, acusa o governo do estado de omissão na apuração dos crimes. Entre 1991 e 2003, na periferia de São Luís, 30 meninos desapareceram de casa. Foram violentados e castrados. Nenhum sobreviveu.

Sob o aval da OEA, uma solução amistosa para o caso estava sendo negociada entre o governo do Maranhão e as Ongs Justiça Global e Centro de Defesa Padre Marcos Passerine. No entanto, esta semana, as duas organizações não-governamentais informaram à OEA de que não há possibilidade de entendimento à vista. O governo federal também participa das discussões porque cabe à União defender o Brasil em tribunais internacionais. Na defesa brasileira atuam a Secretaria Nacional de Direitos Humanos e o Ministério das Relações Exteriores.

## Indenização

Desde 1998, o Brasil é signatário da OEA. Na prática, isso dá poder às decisões da organização. Caso o país — contra o qual há 110 ações na corte interamericana — seja condenado por violação de direitos humanos no caso dos meninos emasculados, terá de cumprir a decisão. O tribunal pode, por exemplo, condenar o governo do Maranhão a pagar indenização às famílias das vítimas.

Entre os argumentos contra o Brasil está o fato de que a maioria dos corpos foi encontrada por familiares e pela comunidade. "Nunca pela polícia", cita o dossiê. Além disso, alguns inquéritos demoraram para ser instaurados: o do garoto Ranie Silva Cruz levou 10 anos. O de Carlos Wagner, 7.

O secretário de Justiça e Cidadania do Maranhão, Carlos Nina, explica que o estado fez o que podia para atender as famílias. Além disso, de acordo com ele, foram criados grupos de atendimento móvel em toda a periferia de São Luís para que crimes assim não ocorram novamente. "Mas, realmente, a notícia que eu tenho é de que o governo não vai indenizar ninguém", afirma o secretário. "Vamos implementar políticas públicas para amenizar o sofrimento dessa gente."

## Reivindicação

Defensores dos direitos humanos apelaram para a OEA porque não enxergam solução no Brasil. De acordo com a coordenadora da Ong Centro de Defesa, Nelma Pereira da Silva, o governo do Maranhão se recusa a admitir que houve omissão do estado. "Esse é o primeiro item da lista de reivindicação dos familiares das vítimas", explica.

A consequência imediata dessa postura dos administradores

Karlos Geromy/O Imparcial



O MECÂNICO FRANCISCO DAS CHAGAS RODRIGUES DE BRITO (E) CONFESSOU O ASSASSINATO DE 22 MENINOS, PROVOCANDO UMA REVIRAVOLTA NAS INVESTIGAÇÕES

Ademildes Correia/AG O Globo 20.04



REBELIÃO E MORTE NO PRESÍDIO URSO BRANCO: UMA CENA COMUM EM RONDÔNIA

do estado é a impossibilidade de pagar indenizações, que representa o segundo tópico da lista de pedidos das famílias. De acordo com a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, a única proposta da pauta aceita pelo Maranhão é a terceira: incluir as famílias em programas habitacionais e de transferência de renda. "A gente entende que isso é muito pouco para substituir tudo o que essas pessoas sofreram e perderam", argumenta Nelma

## Confissão

A dúvida sobre os responsáveis pelas mortes pairou por mais de dez anos entre as famílias das vítimas. Mas, entre março e abril deste ano, o mecânico de bicicletas Francisco das Chagas Rodrigues de Brito, de 39 anos, confessou, uma a uma, a autoria do assassinato de 22 meninos. Com isso, as investigações voltaram à pauta mais uma vez. Ossadas de

dois meninos foram encontradas enterradas na casa de Brito. "Algumas mortes aconteceram há mais de 14 anos, e as famílias ainda não têm notícia de como estão os inquéritos", afirma Andressa Caldas, coordenadora da Ong Justiça Global, uma das denunciadas.

De acordo com o dossiê, a confissão de Chagas causou uma grande reviravolta em pelo menos quatro crimes dados até então como resolvidos. Em um desses casos, o vigia Robério Ribeiro Cruz chegou a ser condenado a 18 anos de prisão pelo assassinato e ocultação do corpo do menino Júlio César Pereira Melo, morto em junho de 1998. O processo de Robério, que está preso desde então, sofrerá revisão criminal. Para representantes das Ongs que levaram a denúncia à OEA, essa injustiça é um agravante do desrespeito aos direitos humanos no estado.

## CASOS EMBLEMÁTICOS //

Principais processos contra o Brasil levados à Comissão de Direitos Humanos da OEA

### EXPULSÃO DE QUILMBOLAS

● Enviada em 16 de agosto de 2001, a petição trata da agressão cometida contra quilombolas no Maranhão. Eles foram obrigados a sair do local de origem por causa da construção do centro de lançamento de foguetes em Alcântara. O pedido de investigação também cita o possível aumento nas expropriações de terra caso seja fechado o acordo de uso da base pelos Estados Unidos

### FUNERAL DO LAVRADOR

● Em maio de 2003, a comissão da OEA recebeu pedido para investigar o assassinato do lavrador Sétimo Garibaldi, de 52 anos. Ele foi morto na madrugada de 5 de novembro de 1998 durante uma ação de despejo de sem-terra de uma fazenda em Querência do Norte, no Paraná. Na denúncia, militantes de direitos humanos argumentam que o dono da fazenda era fortemente ligado a políticos locais, o que teria influenciado na investigação do caso

### CHACINA EM URSO BRANCO

● Enviada em 3 de junho de 2002, a petição foi aberta pela comissão por violações de direito à vida e à integridade física dos presos da Casa de Detenção José Mário Alves, conhecida como penitenciária Urso Branco (foto ao lado), em Porto Velho (RO). Somente em 2002, 27 presos foram mortos no interior do presídio.

Organizações de direitos humanos acusam o governo do estado de inoperância: no local, previsto para abrigar 350 detentos, havia mil presos

### EXPLOÇÃO DE IRRESPONSABILIDADE

● Em 23 de novembro de 2001, foi apresentada denúncia contra o governo baiano devido a violações de direitos humanos ocorridas em Santo Antônio de Jesus (BA). Na cidade, em 11 de dezembro de 1998, houve a explosão de uma fábrica de fogos de artifício que funcionava clandestinamente, resultando na morte de 64 pessoas, além de lesões graves em outras cinco que ficaram incapacitadas para o trabalho. Segundo a petição, as autoridades sabiam do funcionamento irregular da fábrica, mas nada fizeram para evitar uma possível tragédia

### JOVEM, NEGRO E MORTO

● A OEA recebeu, em 21 de dezembro de 2001, denúncia de que Wallace de Almeida, de 18 anos, fora assassinado por policiais militares. O jovem, negro, era soldado do Exército. A morte aconteceu no Morro da Babilônia, favela situada na zona sul do Rio. De acordo com a petição, as provas testemunhais colhidas durante a investigação demonstram que os policiais agiram de maneira arbitrária e com uso excessivo de violência contra os moradores do local